

A FIGURAÇÃO INOVADORA DO POVO NA *CRÔNICA DE D. JOÃO I*, DE FERNÃO LOPES

Robson Rafael de Oliveira Nascimento
Doutor em Literatura Portuguesa (UERJ).
rrafaelnascimento@77gmail.com

Resumo

Pretendemos pensar neste artigo sobre a figuração da chamada “arraia-miúda”, na *Crônica de D. João I*, recurso que constitui-se inovador e surpreendente, na medida em que as crônicas medievais focavam comumente nos feitos dos reis e seus cavaleiros da nobreza. Na contramão do costume de enaltecer atos admiráveis dos heróis formadores da nacionalidade, especialmente na arte da guerra, Fernão Lopes retrata em sua crônica participação intensa de pessoas comuns, com todos os seus sentimentos, angústias e perdas. Deseja-se, então, pontuar, em contraste com outros escritos da época, o papel basilar do povo na construção de Portugal como aquele que, em primeiríssimo lugar, sofre as aflições de um conflito armado.

Palavras-chave: Arraia-miúda; Crônica; D. João I; Fernão Lopes; Povo.

THE INNOVATIVE FIGURATE OF THE PEOPLE IN *THE CHRONICLE OF D. JOÃO I*, BY FERNÃO LOPES

Abstract

We intend to think in this article about the figuration of the so-called "stingray" in the Chronicle of D. João I, a resource that is innovative and surprising, insofar as medieval chronicles commonly focused on the deeds of kings and their knights of the nobility. Contrary to the custom of praising admirable acts of the heroes who formed nationality, especially in the art of war, in his chronicle, Fernão Lopes portrays the intense participation of ordinary people, with all their feelings, anguish and losses. It is therefore desired to point out, in contrast to other writings of the time, the basic role of the people in the construction of Portugal as those who, in the first place, suffer the afflictions of an armed conflict.

Keywords: *Arraia-miuda; Chronicle; D. João I; Fernão Lopes; People.*

Introdução

De todos os notáveis historiadores, que ajudam a forjar a história portuguesa, apenas um se alcunha como “o cronista do povo”. Pinta-se nas crônicas medievais os feitos extraordinários dos reis, suas estratégias de combate e domínio territorial, seu tino para a superação de desvantagens no campo de batalha e suas devoções religiosas cujas recompensas foram vitórias improváveis contra inimigos infiéis. Seus cavaleiros, de igual forma, são merecedores de toda a nota meritória, pois possuíam todas as virtudes requeridas, que suscitaram “várias celebrações das memórias do triunfalismo cristão hispânico” (LANCIANI, TAVANI, 1993, p. 173)”. A título de exemplificação, citamos a castelhana *Primeira Crônica Geral da Espanha* (entre 1260

e 1274), de Afonso X, enaltecedora das armas cristãs na Reconquista, que resultou numa releitura portuguesa chamada de *Crónica Geral da Espanha* (1344), de D. Pedro Afonso, a *Crónica de Portugal* ou *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (1419), a *Crónica do Condestabre* (1431), e depois, temos a escrita do considerado sucessor de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, a *Crónica da Tomada de Ceuta* ou *Crónica de D. João I, Parte III* (1450), a *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (1453), a *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* (1463) e a *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes* (1468). Estas, assim sendo, discorrem-se sob o signo da “glorificação cavaleiresca e senhorial” (LANCIANI, TAVANI, 1993, p. 174) e promovem um passado nacional laudatório das conquistas ultramarinas, “exaltando como modelo do espírito cruzadístico que então alimentava a política expansionista da coroa portuguesa” (*Idem*). E tal ponto de vista aristocrático mereceu a crítica dos historiadores António José Saraiva e Óscar Lopes, quando afirmaram que o enfoque em questão “unilateralmente deu lugar a essas deformações de perspectiva, como a que consistiu em ver no Infante D. Henrique, seu *protector*, a causa única dos Descobrimentos, deixando na sombra outras personagens” (SARAIVA, LOPES, 2001, p. 138). Mas não Fernão Lopes. Na história da cronística ocidental, o pesquisador português seria um dos primeiros a perceber o povo como parte efetiva da narrativa histórica.

A cronística em Portugal desenvolveu-se sob a instrução de exaltar as realizações bem sucedidas de guerra e no campo administrativo que procuram “criar uma super-estrutura que sacraliza, legitima e reforçaria a monarquia” (REI, 2013, p. 86). No entanto, a ideia de um relato histórico com enfoque exclusivos em reis, exércitos, deuses e generais vem de uma longínqua tradição que nos remete aos tempos do Egito Antigo, Mesopotâmia, Assíria, Babilônia, até chegar finalmente à Grécia e Roma. O gênero com estas características será “a consequência natural de uma tradição mediterrânea milenar de escrever história” (BURGESS, KULIKOWSKI, 2013, p. 7), pois se percebe semelhanças notáveis entre a produção do mundo pré-cristão e a que lemos no Medievo (*Idem*), tais como exaltação do poder régio e sua autoridade divina, atribuição de certas ações a deuses e glorificação de heróis. É perceptível, nessa tradição, o propósito no registro cronístico universal de dar relevância apenas aos grandes acontecimentos, de cunho épico-extraordinário, tendo como protagonistas os caracteres de maior expressividade, como reis, imperadores e seus auxiliares mais diretos, como generais e comandantes de exércitos. Despreza-se, normalmente, soldados rasos, mulheres, crianças, idosos e outras personagens consideradas subalternas da história dos povos para privilegiar-se

ações militares heroicas ou divinas nos empreendimentos de conquista ou de defesa, que servem de construção da identidade nacional.

Mesmo que o cronista lusitano quatrocentista tenha, por sua vez, como motivação descrever as realizações épicas do Mestre de Avis, demonstrou amplitude de visão ao explicitar as participações do povo e as mazelas sofridas por este. Lopes se inscreve como um dos pioneiros neste deslocamento de enfoque na história, para a “arraia-miúda” e fica, por isso, notabilizado na literatura portuguesa devido à sua

atitude crítica que assumia diante dos fatos, (...) numa concepção ampla do processo historiográfico, que se faz notar inclusive na importância atribuída ao elemento coletivo na narrativa (MALEVAL, 2010, p. 63).

É conveniente citar as palavras do próprio Fernão Lopes, que se comprometeu a imprimir na sua escrita fatos condizentes com a verdade sem um viés que possa parecer laudatório ou floreado para glorificar quem quer que seja, já se apresentando como um contraponto à tradição da crônica ocidental que citamos: “*nosso desejo foi em esta obra escrever verdade, sem outra mistura, deixando nos bons aquecimentos todo fingido louvor, e mormente mostrar ao povo, quaesquer contrarias causas*” (LOPES, 1897, p. 17). Em outro momento da sua obra-prima reitera, na construção do sintagma “povo do Messias”, o protagonismo do elemento coletivo naqueles acontecimentos políticos, dispostos por José Hermano Saraiva como Revolução de 1383-1385 (SARAIVA, 1981, p. 116): “*os grandes escarnecendo dos pequenos chamando-lhe povo do Messias de Lisboa que cuidavam que os haviam de remir da sujeição d'el-rei de Castella*” (LOPES, 1897, p. 131).

O olhar panorâmico de Lopes sobre os fatos, trazendo o povo como sujeito nas decisões, muito embora seja o Mestre de Avis o protagonista da *Crônica de D. João I*, não é seguido pelos seus sucessores. Nas produções do século XV, quando se inicia era “além-mar” portuguesa, predomina o intuito da “glorificação cavaleiresca e senhorial”. Rui de Pina (1440-1522), substituto de Zurara como cronista-mor do reino, foi autor de extensa obra, sendo elas as crônicas do reis de Portugal do D. Sancho a D. Afonso IV e de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Frei João Álvares (c. 1406-1490) contribuiu com seu *Tratado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Senhor Infante D. Fernando* ou *Crônica do Infante D. Fernando* (entre 1451 e 1460) juntamente com os frades mendicantes e os cônegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra (os cruzios), que compuseram a *Crônica da Ordem dos Frades Menores* (1470), e os dominicanos, com a *Crônica da Fundação do Mosteiro de Jesus*, de Aveiro, que escreveram sobre a história dos mosteiros. Ao cabo, inscreve-se nesta breve listagem Duarte Galvão (1445-1517), instado

pelo rei D. Manuel I a revigorar o sentimento pátrio, autor da *Crónica de D. Afonso Henriques* (1505) e Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1474-1538), com sua *Crónica dos Reis de Portugal*, de 1537. A relação de cronistas, embora extensa dada a abundante produção deste momento, objetiva, em linhas gerais, o engrandecimento de virtudes, especialmente as cardeais frente a desafios belicosos ou não: prudência, temperança, justiça e fortaleza. Apesar de ter indiscutível valor histórico e estilístico a ser estudado, o cunho percebido é de elevação honorífica de membros da realeza ou das camadas de prestígio, não destacando, desse modo, a participação popular nas empreitadas. Investiguemos, então, algo da vida de Fernão Lopes, o autor que deu visibilidade à “arraia-miúda”, pois, segundo seu discípulo Zurara, ele era um “homem de saber plebeu, e não acadêmico” (SARAIVA, 1977, p. 8).

Um resumo da biografia de Fernão Lopes

São incertas a datação e a localização do nascimento do cronista. Supõe-se que teria sido em 1380, em Lisboa, e sua morte em 1460. É verídico, porém, de 29 de novembro de 1418, um documento, uma certidão, a mais antiga assinada por ele como guarda das escrituras do Tombo. Dispomos também de uma carta régia, de 4 de julho de 1459, que seria o último documento relativo à sua vida efetiva. Nela, D. Afonso V o autoriza a dispor livremente dos bens, apesar da existência de um herdeiro natural, Nuno Martins, neto bastardo repudiado pelo cronista por motivo do comportamento da mãe, que tivera vários filhos de muitos homens.

Lopes escreveu de 1418 a 1459. E, durante esse fecundo tempo, exerceu diversas funções junto à Casa de Avis, nos períodos de D. João I, D. Duarte e D. Pedro. Como guardamora da Torre do Tombo, arquivo geral do reino fundado por D. Fernando e instalado na torre de menagem do castelo de Lisboa, seu encargo foi organizar o arquivo e passar, sob ordens do rei, as certidões ou públicas-formas dos documentos, requisitadas pelos interessados. Redigiu, por determinação do rei D. Duarte, a crônica de todos os reis de Portugal, incluindo seu pai, D. João I em 1419: “*poer em caronyca a estoria dos Reys que antygame em portugal forom Esso meesmo os grandes feytos e altos do muy uertuoso E de grãdes uertudes ElRey meu Senhor e padre cuja alma deus aja*” (FREIRE, 1915, 1977, p. XLV, apud MALEVAL, 2010, p. 22) e também o importante Testamento do Infante D. Fernando, em 1433. Após a morte do regente D. Pedro foi substituído no ofício por Gomes Eanes de Zurara, que deu continuidade aos seus trabalhos. Em 1450, Zurara assinaria como obra sua a terceira parte da *Crónica de D. João I*, intitulada *Crónica da Tomada de Ceuta*.

Quanto às influências norteadoras da sua escrita, asserta-se que a mentalidade greco-romana e a dos padres e doutores da Igreja estiveram ressoantes na sua cronística. Fernão Lopes conheceu Aristóteles provavelmente através da obra de Frei Egídio Romano, *De regimine principum*, durante seus estudos na juventude, o que fez com que o Estagirita fosse classificado por ele de “*aquell claro lume da fillosophia*” e “suas ideias sobre a justiça e a filosofia política são pelo cronista assimiladas e até desenvolvidas.” (MALEVAL, 2010, p. 76). E, ainda, segundo Luís de Souza Rebelo, o plano ético de Fernão Lopes teria como base a concepção aristotélica de *politeia* exposta pelo tratado *Ética a Nicómaco*, afirmando “não só uma forma de governo, mas também uma forma de conduta ou um sistema de ética social, assim como um modo de atribuir cargos públicos” (REBELO, 1983, p. 28). Expõe o conceito de “justiça distributiva a ser dispensada aos cidadãos”, na premissa de que “o poder político existe para servir o Estado, não devendo visar a satisfação do interesse particular de um grupo ou secção da sociedade, mas, sim, a satisfação do interesse comum, ou seja, o de todos e cada qual” (REBELO, 1983, p. 28). Além das questões ideológicas copiadas do Filósofo, a obra de Fernão Lopes se organiza pelo princípio também aristotélico de causa e efeito como interpretava a Escolástica, e não mais por critérios puramente cronológicos, como era procedimento dos cronistas da época, submetendo a história ao objetivo de “informar ao leitor sobre o plano e a ordenação da matéria, bem como revelar as causas de acontecimentos por narrar” (MALEVAL, 2010, p. 57).

Há ecos de outros autores clássicos como Tito Lívio e, sobretudo, Cícero, e isto é notável, em primeiro lugar, “na concepção da relação lei/rei” (MALEVAL, 2010, p. 27), onde reitera o posicionamento ético dos reis como primeiros cumpridores da lei, constituindo-se, assim, exemplos de retidão. Os conceitos expostos são herdados d’*A república*, onde se lê “que ele (o príncipe) seja para os outros um modelo vivo: que, pela limpidez de sua alma e de sua vida, possa servir de espelho a seus concidadãos” (CÍCERO, 1965, apud MALEVAL, 2010, p. 27).

A Antiguidade Tardia também se fará presente na cronística de Lopes representada na ideia das Idades de mil anos. A concepção das Eras apresenta-se na *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia (260 – c. 340), das idades comparadas aos dias da semana, durando cada uma mil anos. Temos, a seguir, outro influente cronista do Ocidente, o Venerável Beda (673-735), que reproduz esta teoria providencial da história da humanidade, que se dividiria em seis idades, a começar do Gênesis em *De temporibus liber minor* (703). A alegoria da Sétima Idade é referenciada por Fernão Lopes na *Crônica de D. João I*, capítulo CLXIII, quando diz, sobre

as revoluções vistas por ele em seu tempo, que “*por comparação, fázemos aqui a setima edade, na qual parece se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes*” (LOPES, 1897, p. 113).

Com relação à influência de Agostinho (354-430), na *Cidade de Deus* (426) é mencionada a visão providencialista da história, que subordina os acontecimentos à vontade divina: “*o Mestre queria ir, e que elle lhe disse que todavia aconselhasse ao nlestre que não partisse, ca a Deus prazia de elle ser regedor d'esta terra e senhor à ella*” (LOPES, 1897, p. 79), sendo em vários momentos o próprio Mestre de Avis chamado de “*o Messias de Lisboa*” em todo o desenrolar para garantir-se a independência portuguesa. Para a formação do cronista também concorreria a oratória clerical, ajustando-a aos ditames da Igreja. Lopes reproduz sermões dos franciscanos Frei Rodrigo de Cintra e Frei Pedro, feitos em momentos importantíssimos para a história de Portugal no alvorecer da dinastia de Avis: “*Elle tomou por thema em começo de seu sermão: a Miisericordi am fecit nobiscum. Tornando a dizer por linguagem: o Gram misericordia fez Deus comvosco.*” (LOPES, 1897, p. 66). Finalmente, outro abalizado pensador, Joaquim de Fiore (c.1135-1202) receberia vozes na escrita do cronista medieval, conforme lemos no comentário de Rebelo: “*não só se conforma com as grandes linhas do pensamento de Joaquim de Fiore, como também compreende no seu âmbito outros temas característicos do programa narrativo que aquele implica*” (REBELO, 1983, p. 70).

O contexto do cronista

Fernão Lopes escreve numa época de crise do feudalismo europeu concomitante à ascensão do mercantilismo que culminaria na expansão ultramarina. A fome grassa no Velho Continente em 1315, causada pelas “*dificuldades na aplicação de fertilizantes, de maneira que a camada superior do solo era rapidamente exaurida*” (LEMES, 2014, p. 241) agravada sobremaneira pela terrível peste negra (1347-1350), que dizima quase metade das população europeia. Conflitos armados nesta era contribuem para pintar o quadro funesto deste período, pois, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que opunha Inglaterra e França com seus “*desastres franceses*” e “*sublevações camponesas*” (LOYN, 1997, p. 430), promovera grandes massacres de ambas as partes. Dá-se ainda a revolução inglesa de 1381 e os levantes urbano-rurais, tais como o marítimo de Flandres (1323–1328) e a *Jacquerie* francesa, aliada ao movimento urbano de Étienne Marcel, em Paris. Cita-se também os movimentos urbanos de revolta anti-senhorial e anti-feudal, de 1302, em Bruges, Ypres e Gand, o dos *Ciompi*, em Florença (1378) e o de Colônia, no final deste século.

No campo político-religioso, sucede o Grande Cisma do Ocidente, onde se confrontam mais uma vez Inglaterra e França, aliados respectivamente do papado de Roma (Urbano VI) e do papa cismático de Avinhão (Clemente VII), eleitos em 1378 e rachando o poder da Igreja. O impasse influenciará diretamente a Crise de 1383-85, pois o embate será lido pelos monarcas como “guerra santa”, na medida em que “os portugueses verdadeiros” se colocam com a Inglaterra ao lado do papa de Roma, ao ficarem contra Castela, partidária, com a França, do papa de Avinhão” (MALEVAL, 2012, p. 39). Defendendo o Mestre de Avis e direito deste ao trono português, o jurisconsulto João das Regras, segundo Fernão Lopes, conclama à luta de cunho religioso e nacionalista em defesa do cristianismo romano: “*Pois se o Papa Urbano nosso pastor, e Deus sobre a terra nos manda, e amoesta, que persigamos todos os scismaticos e infieis, assim corno hereges e membros talhados da egreja...*” (LOPES, 1897, p. 184). O conflito é sanado no Concílio de Constança com a eleição do cardeal Colonna, em novembro de 1417, como papa Martinho V, que reafirmou a liderança pontifícia reunificando a Igreja sob o controle de Roma. Apesar da decisão e esforço no intento, “alguns elementos do cisma continuaram com algum apoio espanhol até meados da década de 1420” (LOYN, 1997, p. 413) constituindo-se, assim sendo, em mais um importante elemento histórico que contribui para a Reforma Protestante de 1517.

O componente econômico seria o ingrediente final deste tempo de Lopes. O nascimento do capitalismo, com a ascensão da burguesia, que seria um importante motivador das agitações europeias do século, provocaram, juntamente com outros fatores, eventos que culminam na Crise de 1383-85. Conforme defende Antônio Borges Coelho, ocorre em Portugal a “primeira revolução burguesa nacional” (COELHO, 1965, p. 26), decretando o início do fim do feudalismo. As forças do empreendedorismo representadas, não necessariamente pelos nobres e mais ricos dos países, começam a formar a partir deste momento o segmento que ditará os rumos políticos. No caso de Portugal, o confronto com Castela ilustrou bem a proeminência do grupo que ascendia ao poder, pois do lado dos espanhóis ficou a alta nobreza portuguesa enquanto que os partidários do Mestre de Avis, liderados por Nun’Álvares Pereira, eram a “arraia-miúda”, ou seja, “os camponeses, os funcionários, os assalariados em geral, os mesteiros, os comerciantes, mas também uma pequena parte da nobreza” (MALEVAL, 2012, p. 37). Estes constituir-se-iam a maior representação nos Conselhos, pois era “possuidora de grande poder econômico e de maior poder financeiro que a própria nobreza” (CUNHAL, 1975, p. 47). O surgimento, portanto, de uma burguesia fabril e mercantilista determinaria o esboroar da estrutura feudal, baseada no modo de produção agrícola. Fernão Lopes mostra o apoio desta

junta de burgueses lusitanos, que fora decisivo para a causa da guerra pela independência, no discurso do portuense Domingos Peres das Eiras, em resposta ao clamor do Mestre de Avis, através do seu emissário Rui Pereira: “*Eu digo por mim, e por todo este povo que aqui está, que nós somos prestes com boa vontade de seguir o Mestre nosso senhor, e fazermos todo o que elle mandar por seu serviço e defensão do reino*” (LOPES, 1897, p. 150). E tal posicionamento notamos claramente na *Crônica de D. João I*, na qual o povo será fundamental nessas transformações.

O povo sendo representado na *Crônica de D. João I*

Das três obras de Lopes, a *Crônica de D. Pedro*, a *Crônica de D. Fernando* e a *Cronica de D. João I* a que mais esteve no centro de estudos e debates sem dúvida é a última. Publicada em 1644 e reeditada tardiamente em 1897, *A Chronica de El Rei D. João da boa memória*, no Prólogo desta edição oitocentista já reconhece o povo com intensa participação como agente político:

...vae dizer-nos Fernão Lopes “breve e saãmente” como o povo portuguez respondeu ao odioso trama e ao novo ensaio da singular obsessão que havia de acompanhar a historia de Portugal e de Hespanha até se transformar nos nossos dias, no disparate doutrinario conhecido pelo nome de “união” ou de “federacão iberica”. (LOPES, 1897, p. 6)

A primeira parte da *Crônica do Rei da Boa Memória* constitui-se na história de da revolução de 1383-1385, em Portugal. Nesta parte, a “*arraia meuda*”, com os “*ventres ao sol*”, intenta apreender castelos, vilas e demais territórios dos poderosos senhores aliados do rei de D. Juan de Castela, que tenta tomar o trono português à força. Como “pequenos” estão os burgueses, artesãos, camponeses e membros do baixo clero, como frades franciscanos. Some-se a estes uma nobreza dissidente liderada pelo fidalgo Nun’Álvares Pereira, dando à revolução um caráter coletivo e popular, com a adesão das camadas mais subalternas daquela sociedade.

Com a morte do rei D. Fernando, em 1383, o trono lusitano fica a mercê da tomada de um rei estrangeiro, pois sua sucessora, a Infanta D. Beatriz casou-se com o rei, D. Juan. A turbulência socio-política levantada pelos personagens que ocupavam os postos sociais mais baixos do país, os quais já citamos, são os temas da parte 1 da obra, a saber, a tentativa de assassinato do Mestre de Avis, em virtude de ser o postulante principal a rei, as mortes do conde João Fernandes, o conde Andeiro, e do bispo de Lisboa, D. Martinho, a atuação dos judeus oprimidos e defendidos, as articulações políticas de D. Leonor a favor de Castela e de Nun’Álvares contra, a nomeação do Mestre como defensor e regedor do reino e os preparativos

para o cerco de Lisboa pelos castelhanos. A seguir compreende-se o início e evolução da invasão dos exércitos de D. Juan a Portugal e as estratégias de defesa com destaque ainda para a atuação de Nun'Álvares tanto nauticamente quanto em terra. E finalmente a terceira parte contém o famigerado cerco a Lisboa com todas as suas consequências aterradoras para seu povo e também os invasores, campanhas de conquistas de castelos e a coroação de D. Joao I como rei de Portugal e seu reconhecimento pelo Papa e a elevação de Nun'Álvares Pereira como Condestável.

As ocorrências constantes da palavra “povo” e seus cognatos nos chama a atenção como um indicativo da importância deste elemento. O vocábulo “gentes” aparece 295 vezes, “povo”, 109 vezes, “meudo”, 21 vezes, e “pequeno”, com o sentido de “humildade” ou “simplicidade”, 11 vezes. Os termos são abundantes para referenciar a atuação do grupo nos eventos que culminaram na revolução de 1383-1385. “Gentes”, é usado predominantemente para demonstrar o ajuntamento do povo em prol da causa do Mestre, as reivindicações e inquietudes quanto ao perigo da perda da independência e o engajamento na luta: *“As gentes todas, quando ouviram este pregão, muito em suas vontades, diziam uns contra os outros: “Que fazemos estando? Tomemos este homem por senhor e alcemol-o por rei”* (LOPES, 1897, p. 62); *“...e, seguindo-o (Mestre) as gentes com grande prazer, uns lhe travavam pela redea da besta e outros das fraldas das vestiduras, e, bradando todos, diziam a altas vozes que os não quizesse desamparar”* (LOPES, 1897, p. 72). E no terrível cerco de Lisboa, que vitimou muitíssimos moradores de Lisboa *“começou a cidade de sentir maior gasto, que d'antes havia, por causa das gentes que vieram na frota, de guisa que crença era d'el-rei, sabendo bem d'esto parte, que a havia de tomar por fome”* (LOPES, 1897, p. 18).

Das 109 passagens da palavra “povo” 42 aparecem com o sentido ativo, ou seja, nas ocasiões em que as pessoas estão efetivas no processo: *“os claros feitos dignos de grande lembrança do mui famoso rei D. João sendo Mestre; de que guisa matou o conde João Fernandes, e como o povo de Lisboa o tomou primeiro por seu regedor e defensor”* (LOPES, 1897, p. 18) e na linha de frente da batalha: *“Com estas e outras razões que lhe Nuno Alvares disse des-ahi Martim Affonso vendo todo o povo da cidade alvoroçado por tomar o castello e o combate que lhe queriam dar”* (LOPES, 1897, p. 124). O vocábulo também figura com o sentido de “ajuntamento” 27 vezes: *“E ficou logo ali grão parte do povoá Sé, com brava sanha, por haver á pressa entrada na Sé e filharem logo do bispo vingança...”* (LOPES, 1897, p. 51); *“Juntos esse dia muito povo da cidade em aquello mosteiro, propoz o Mestre como se entendia partir do reino”* (LOPES, 1897, p. 85).

“*Meudo*” ocorre 21 vezes com a finalidade de enfatizar também a humildade das camadas mais economicamente baixas daquela sociedade lusitana medieval: “*chamavam n'aquelle tempo Arraia meuda, os grandes escarnecendo dos pequenos chamando-lhe povo do Messias de Lisboa que cuidavam que os haviam de remir da sujeição d'el-rei de Castella*” (LOPES, 1897, p. 130); “*os antigos reis por longos tempos, jazendo sobre elles com força de armas, não podiam tomar, os povos meudos, mal armados e sem capitão, com os ventres ao sol, ante de meio dia os filhavam por força*” (LOPES, 1897, p. 131); “*Mas como foram vistas concordaram muito prestes, logo se ajuntaram todos, especialmente o povo meudo, e alguns outros d'essa natural gente duvidando receavam muito de poer em tal feito mão*” (LOPES, 1897, p. 139). “Pequenos”, por fim, é empregado 19 vezes, sendo 11 significando “povo vulnerável ou modesto”: “*Fazendo-se o Mestre prestes para se partir e posto nos navios todas as bitalhas, e feitas as magedouras para as bestas, eram todos os da cidade, assim os grandes como os pequenos, abalados com medrosos pensamentos*” (LOPES, 1897, p. 68). “*Os pequenos aos grandes depois que cobraram coração, que se juntavam todos em um, chamavam-lhe Traidores scismaticos*” (LOPES, 1897, p. 131); “*E em esto morria já a gente com sede, assim homens como mulheres e moços pequenos, e alguns que se a ella acolheram, e lançaram-se fóra da villa de noite e fugiam por buscar suas vidas,*” (LOPES, 1897, p. 191).

Nenhuma parte, no entanto, notabiliza mais a presença do povo na *Crônica de D. João I*, bem como a inovação que traz, como o trecho que expõe o cerco de Lisboa de 1384. No intuito de haver o trono português para si D. Juan I de Castela impõe sobre Lisboa um bloqueio que a priva do transporte de suprimentos essenciais. A cidade sofre terríveis três meses de carestia, doença e morte, fazendo sofrer, inclusive os próprios combatentes castelhanos. É especialmente retratada a condição do povo neste episódio, colocando nele o foco central dos acontecimentos, que consistiu em graves consequências, conforme dissemos. O próprio autor considerou este episódio digno de certa introdução diferenciada, sintetizando nele suas habilidades como escritor, tal como pesquisa apurada, checagem de fontes e senso crítico: “*Nenhum falamento deve mais vizinho ser d'este capitulo, que haveis ouvido, que poermos logo aqui brevemente de que guisa estava a cidade, jazendo el-rei de Castella sobre ella*” (LOPES, 1897, p. 128). Todos estavam envolvidos na defesa da cidade: “*Ordenou o Mestre com as gentes da cidade, que fosse repartida a guarda dos muros pelos fidalgos e cidadãos*” (LOPES, 1897, p. 129), inclusive clérigos, no empenho a guarda, lançando mãos das armas, o que não lhes competia no contexto medieval: “*posto que seja por defensão da terra, mas clerigos e frades, especialmonte da Trindade, eram logo nos muros com as melhores armas que haver*

podiam: (LOPES, 1897, p. 130). E tal ordenamento coletivo recebe uma apóstrofe entusiasmada do cronista, louvando a disciplina e a vontade do povo, unânime em proteger sua cidade mesmo com tanta desvantagem: “*dizem os que o viram que tão formoso cerco da cidade não era em memoria d’homens, que fosse visto de mui longos annos até áquelle tempo*” (LOPES, 1897, p. 133).

O capítulo CXLVIII vai detalhar o sofrimento do povo por conta do cerco. Algumas pessoas tentavam fugir e eram perseguidas pelos batéis castelhanos. “*e alguns se metiam ás vezes em bateis, e passavam de noite escusamente contra as partes de Ribatejo*” (LOPES, 1897, p. 51). Os que ficavam montavam guarda durante a noite, pondo-se em alerta para o caso de investidas na madrugada: “*Os da cidade, como ouviam o repique, leixavam o somno, e tomavam as armas, e saia muita gente, e defendiam-nos ás béstas, se cumpria, e ferindo-se ás vezes de uma parte e da outra*” (LOPES, 1897, p. 51). Ainda dividiam a pouca comida que restava, que não era suficiente para saciar a fome de todos: “*E posto que tal trigo alguma ajuda fizesse, era tão pouco, e tão raramente, que houveram mister de multiplicar como fez Nosso Senhor Jesus Christo aos pães, com que fartou cinco mil homens*” (LOPES, 1897, p. 52). Certos grupos eram mandados embora pois foram considerados inúteis para a defesa e pelo ônus que representavam em relação à comida “*E esto foi feito duas ou tres vezes, até lançar fora as mancebas mundanarias e judeus, e outros semelhantes, dizendo que, pois taes pessoas não eram per a pelejar, que não gastassem mantimentos aos defensores*” (LOPES, 1897, p. 52) e crianças mendigavam nas pobres ruas de Lisboa naquele reino da miséria humana:

Andavam os moços de tres a quatro annos pedindo pão pela cidade, por amor de Deus, como lhes mandavam suas madres, e muitos não tinham outras cousas que lhe dar senão lagrimas, que era triste cousa de vêr, e se lhe davam tamanho pão como uma noz, haviam-n’o por grande bem, e desfaleciam-lhe leite a aquellas que tinham crianças a seus peitos, por mingua de mantimentos e vendo lazerar seus filhos e filhas, que acorrer não podiam, chamavam sobre elles a miudo a morte, antes que a morte os privasse da vida. Muitos esguardavam as preces alheias, com chorosos olhos, por cumprir o que a piedade manda e não tendo de que lhe acorrer, caiam em dobra de tristeza (LOPES, 1897, p. 54).

O desespero a que foi entregue o povo é frisado na obra. Com fome excruciante a população, perdida em “mesquinhas querelas”, não era capaz de aconselhar uns aos outros, pois nenhuma “doce razão” era suficiente (LOPES, 1897, p. 54). As tentativas metafísicas de confortar os desafortunados falhavam diante da calamidade que tomou a cidade sendo, portanto, inútil, segundo o cronista, recorrer a tal subterfúgio: “*suas preces não eram cumpridas*”

(LOPES, 1897, p. 55). Uma parte desejava simplesmente não ter nascido, tamanha a agonia da falta do alimento e da doença sem tratamento: “*Uns choravam entre si, mal dizendo seus dias, queixando-se por quanto viviam*” (*Idem*). Pais e mães infelizes presenciavam a morte de seus filhos em virtude daquele sofrimento não tendo chance de reverter tal situação tenebrosa: “*Os padres e as madres viam estalar de fome os filhos que muito amavam, rompiam as faces e peitos sobre elles, não tendo com que lhes acorrer senão pranto, espargimento de lagrimas*” (*Idem*). Fernão Lopes esforça-se minuciosamente para relatar a desgraça estabelecida por conta do cerco castelhano a Lisboa. O cronista segue relatando os resultados da guerra também para os guerreiros, os cavaleiros de Castela. Diz, no capítulo CXLIX, que eles foram acometidos de uma misteriosa peste que reduziu consideravelmente o efetivo de D. Juan I enfraquecendo o poderio do cerco: “*começou de se atear a peste tão bravamente em elles, assim por mar, como por terra, que dia havia que morriam cento e cinquenta e duzentas*” (LOPES, 1897, p. 58).

Passados, enfim, três longos e penosos meses (29 de maio a 3 de setembro de 1384) o rei ordena a retirada do que restou de suas tropas decretando o encerramento do cerco. A cidade tenta apagar os inúmeros incêndios deixados pelos seus inimigos contando seus mortos e aqueles que estavam prestes a morrer: “*Alli começou de requerer sua gente, a qual ainda o anjo da morte não cessava de perseguir, morrendo alguns pelo caminho, e nos lagares onde depois chegou*” (LOPES, 1897, p. 64). Estes três capítulos, desse modo, dão especial relevância aos sofrimentos do povo, relegando, por alguns momentos estratégias, tramas e ações de personagens mais centrais da crônica. É salientado nestes episódios detidamente, por fim, as agruras pelas quais passaram não os reis, seus nobres e cavaleiros mas os mais humildes e desamparados, geralmente as maiores vítimas de todas as guerras.

Considerações finais

Desviar o foco narrativo para o povo comum é um recurso que especialistas como a professora Maria do Amparo Maleval consideraram como “senso de justiça” (MALEVAL, 2010, p. 127). A razão nos parece simples: sem o apoio da “arráia-miúda” a revolução supracitada não conheceria êxito. E este senso de justiça que nos impele a pensar nesta premissa, já bastante estudada, mas não menos intrigante por isso, pois as glórias de conquistas sempre foram atribuídas a reis, imperadores e/ou seus generais. Via de regra, soldados rasos e pessoas comuns da população são poucos contados na história que permanece para posteridade, contudo, Fernão Lopes, se inscreve na história da literatura ocidental por trazer estes “pequenos” para a nossa atenção. Somos colocados diante das maiores desgraças daquelas

pessoas normalmente esquecidas pelos contos panegíricos, estes mesmos muitas vezes crônicas, que exaltam restritamente o valor do heroísmo, da conquista e da virtudes dos monarcas e guerreiros. Entretanto, expõe-nos, a *Crônica de D. João I* a participação fundamental e dissonante no povo que mudou o destino do país e até mesmo influenciou a política continental. Podemos falar também em mudança na política global, visto que a dinastia de Avis inicia o gigantesco projeto ultramarino português que marcaria para sempre a nação mais ao ocidente da Europa. Recebemos, além desse enfoque, alguma coisa das agruras incomensuráveis de um população vitimada por uma guerra entre reis e classes.

Para fins de encerramento citamos oportunamente Antonio José Saraiva, segundo o qual, “a historiografia de Fernão Lopes corresponde a uma visão global do mundo, a uma forma de sentir e apreender a realidade” (SARAIVA, 1965, p. 49), que reforça a perspectiva comumente apreendida do cronista: de um homem plenamente qualificado no engenho das letras mas com profunda atenção empática àqueles que são os pilares dos maiores impérios já construídos. A atuação do povo assim como a figuração de suas horríveis angústias em decorrência das batalhas são, destarte, os pontos que tornam Fernão Lopes um cronista, conforme os especialistas acima, justo e visionário.

Referências

Fonte primária

LOPES, Fernão. **Chronica de El-Rei D. João I**. Vol I. Lisboa: Escriptorio, Rua nos Retrozemos, 147, 1897.

Bibliografia crítica

BURGESS, R. KULIKOWSKI, M. **Chonicles in the Middle Ages, Mosaics of Time: The Latin Chronicle Traditions from the First Century BC to the Sixty Century AD. A Historical Introduction to the Chronicle Genre from its Origins to the High Middle Ages**. Brepols: Turnhout, 2013. pp. 189-208.

CUNHAL, Álvaro. **As lutas de classe em Portugal nos fins da Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1975.

LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. **Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa**. Tradução: José Colaço Barreiros e Artur Guerra. 2. ed. Lisboa: Ed: Caminho, 1993.

LEMES, Fernando Lobo. A crise no campo e a proteção à nobreza: a lei das sesmarias em Portugal durante o reinado de D. Fernando (1367-1383). História, política e poder da Idade Média. In.: **Seminário Internacional de História Medieval, III Encontro da ABREM Centro-Oeste**. Goiânia: Editora da PUC-GO. Anais, vol 1, n. 1, 2014.

- LOYN, Royston Henry. **Dicionário da Idade Media**. Tradução: Álvaro Cabral; revisão técnica, Hilário Franco Junior. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. A estória de Dom Nuno Alvrez Pereyra ou Coronica do Condestabre. In: **Fontes e edições**. Gladis Massini-Cagliari, Márcio Ricardo Coelho Muniz, Paulo Roberto Sodré (orgs.), n. 3. Araraquara: ANPOLL, 2012. pp. 111-139.
- _____. **Fernão Lopes e a retórica medieval**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- REBELO, Luís de Sousa. **A concep o do poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SARAIVA, Antonio José. **Fernão Lopes**. 2. ed. rev. Lisboa: Europa-América, 1965.
- SARAIVA, Antonio José. LOPES. Óscar. **História da literatura portuguesa**. 17. ed. Porto: Porto Editora, 2001.
- SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 7. ed. Lisboa: Publica es Europa-América, 1981.
- _____. **História de uma revolu o**: primeira parte da Cr nica de el-rei D. João I da boa